

Lucas Rodrigues Oliveira | org.

**EDUCAÇÃO
DILEMAS
CONTEMPORÂNEOS**
volume VII



Pantanal Editora

2021

Lucas Rodrigues Oliveira
Organizador

EDUCAÇÃO
DILEMAS CONTEMPORÂNEOS
VOLUME VII



Pantanal Editora

2021

Copyright© Pantanal Editora
Copyright do Texto© 2021 Os Autores
Copyright da Edição© 2021 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora
Edição de Arte: A editora. Imagens de capa e contra-capas: Canva.com
Revisão: O(s) autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – UFESSPA
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza – UFF
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela – IFPR
- Prof. Dr. Leandris Argentele-Martínez – Tec-NM (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann – UFJF
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos – FAQ
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI
- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação [livro eletrônico] : dilemas contemporâneos: volume VII / Organizador Lucas Rodrigues Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2021. 126p. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-88319-67-3 DOI https://doi.org/10.46420/9786588319673 1. Educação. 2. Aprendizagem. 3. Gestão escolar. I. Oliveira, Lucas Rodrigues. CDD 370.1
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos e-books e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es) e não representam necessariamente a opinião da Pantanal Editora. Os e-books e/ou capítulos foram previamente submetidos à avaliação pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação. O download e o compartilhamento das obras são permitidos desde que sejam citadas devidamente, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais, exceto se houver autorização por escrito dos autores de cada capítulo ou e-book com a anuência dos editores da Pantanal Editora.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

Em todos os níveis e modalidades, a educação carrega uma função essencial para a sociedade: contribuir com a formação dos indivíduos que se envolvem nesse processo. Por isso, pela heterogeneidade que envolve o sistema educacional no mundo contemporâneo, muitos são os dilemas que precisam ser expostos.

Nessa sétima edição da obra “Educação: dilemas contemporâneos”, como não poderia deixar de ser, continuamos com os debates e reflexões sobre a educação brasileira, observando as vivências no contexto educacional, seus agentes e toda a complexidade que envolve esse contexto educacional.

Os autores dos capítulos que compõem essa obra são indivíduos que participam no processo educacional; assim, esperamos contribuir, nos textos que serão apresentados a seguir, com o desenvolvimento da educação brasileira – que precisa ser mais justa, igualitária, acolhedora, democrática.

Em todo o contexto histórico que envolve a educação brasileira, observamos que a escola pode contribuir com o aperfeiçoamento e maturidade da democracia no Brasil. No entanto, por mais que avanços já sejam nítidos, há muito ainda a ser debatido e melhorado na educação brasileira, por isso, a presente obra almeja contribuir com as discussões sobre a educação no cenário nacional.

Lucas Rodrigues Oliveira


SUMÁRIO

Apresentação	4
Capítulo I.....	6
Sobre a universidade na sociedade de classe num mundo em declínio	6
Capítulo II	21
Atuação de bolsistas de Secretariado Executivo como parte da formação acadêmica na Universidade Federal de Roraima	21
Capítulo III.....	39
Greve docente na universidade: percepções discentes	39
Capítulo IV	50
Transtornos do aprendizado: a exclusão das políticas públicas	50
Capítulo V.....	62
Educação inclusiva/salas de recursos multifuncionais em Altamira: instrumento de imparcialidade e respeito à igualdade de direitos	62
Capítulo VI	72
Cultura Amazônica através das danças juninas nas escolas São Francisco das Chagas e Cristo Rei/Assurini-PA	72
Capítulo VII.....	80
O Professor Reflexivo e sua Prática Docente em Tempo de Pandemia: um olhar sobre duas realidades de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental	80
Capítulo VIII	92
A formação inicial docente na perspectiva da Educação Inclusiva nos cursos de licenciatura de Valença/BA	92
Capítulo IX	107
A transsexualidade rompendo fronteiras: mitos e tabus no ensino superior	107
Índice Remissivo.....	125
Sobre o organizador.....	126

Sobre a universidade na sociedade de classe num mundo em declínio

Recebido em: 26/03/2021

Aceito em: 28/03/2021

 10.46420/9786588319673cap1

Oscar Edgardo Navarro Escobar^{1*}

INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre a universidade não é a história de uma narrativa fácil, foi amplamente estudada e interpretada de inúmeras maneiras no essencial, não obstante há uma particularidade nela que muitos investigadores convergem, foi, é, e será uma instituição de extrema importância para a sociedade, historicamente significou ao longo do processo de sua formação a manifestação de uma humanidade que procurou construir futuros, ou apagá-los. Desafiou o próprio desconhecimento, a arbitrariedade, deslizou a liberdade a novos patamares, exigiu sociedades mais justas e democráticas, os homens que a representavam, apontaram novos rumos e inúmeros desafios, construíram circunstâncias inéditas, representou o palco de lutas que definiram, inclusive, a própria localização da terra, teve um papel decisivo para abrir as portas e demonstrar novas formas de organizar uma sociedade, também, apontou formas alternativas para definir o edifício de uma nova organização social.

Esses domínios construídos nas universidades comportam um relacionamento permanente com os temas mais gerais da história da humanidade, Por isso mesmo, ela se reveste de importância para todos nós, mesmo para aqueles que indiretamente não se encontram relacionados com sua existência. Esta instituição representa a condição do desenvolvimento econômico e meio para transformar o homem, a própria educação, porventura, constitui-se num campo privilegiado onde surgem as atuais contradições da sociedade contemporânea.

Existem muitos esforços por definir o papel que a universidade tem dentro dos contextos na qual ela foi produzida. Tendo em conta essas multiplicidades de realidades, conforme afirma Chauí, “Ora a universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (Chauí, 2001, p. 35). Dessa forma, pode-se entender que ao mesmo tempo, possibilitou contribuir com a ascensão da sociedade moderna, há fundamentos

¹ Pesquisador e professor adjunto na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

* Autor (a) correspondente: escobareduc@uepg.br

contraditórios, como não poderia deixar de ser, pois, representou dois mundos distintos na qual prevalecerá a superação do novo, não porque este fosse melhor, mais porque representou a dinâmica da necessária transformação. Atualmente, vivemos a mesma contradição de tempos pretéritos, o novo impõe-se como uma necessidade para toda a sociedade; a universidade leva consigo este profundo fardo histórico, pois, como aponta um perspicaz historiador, “a educação não pode funcionar suspensa no ar”(Mészáros, 2006), o mesmo axioma se aplica ao ensino superior. Portanto, é fundamental compreender e interpretar esse mundo que esta instituição deixou para trás. Afinal, durante o renascimento foi porta-voz fiel da ciência, de um novo tipo de conhecimento que abria a possibilidade de assegurar a pesquisa, o livre pensar e, sobretudo, conquistou a aprovação do coletivo. Dentro desse amplo quadro, retomaremos seu ponto de partida. Eis nosso foco de estudo

A concepção da Idade Média enfatizara a obediência absoluta ao poder divinizado, o controle social é definido pelos grupos predominantes (Nobreza e Clero). Há uma produção constante do medo frente ao mundo social, elabora-se uma visão dividida entre o humano e o divino, os indivíduos devem ter uma relação de subordinação absoluta frente ao sistema simbólico e material dominante². Evapora-se o incentivo à investigação humana, há uma profunda convicção que tudo está definido por forças que são externas à condição humana e, ao mesmo tempo, passa-se a criar uma história humana inspirada na mistificação. Cada indivíduo, ao nascer, tinha na sociedade um lugar definido. A desigualdade entre os indivíduos é justificada com argumentos que estavam além da compreensão humana, das responsabilidades dos homens. A preocupação com a produção de conhecimento exigia dos grupos dominantes, uma seleção cuidadosa daqueles que deveriam produzir tal saber, exigia por sua vez, mecanismos de controle social a modo de corrigir comportamentos inadequados ou que colocasse em risco a ordem e o poder estabelecido. A Inquisição será a instituição que cumprira esse papel, recebendo dos governantes do Estado todo o apoio necessário para reprimir as ideias ou das pessoas que ousassem uma nova forma de pensar, um novo modo de trabalhar, etc.

Os costumes, hábitos, sentimentos, entre outros, tinham que ser aderente daquilo que a Igreja ensinará na vida cotidiana a todos os grupos sociais; durante séculos dominaram totalmente com estes métodos a maioria dos povos e sociedades, inclusive, a própria colonização da África Ocidental, Ásia, Norte da América e América latina, terão como fundamento uma justificativa de Renovação de Fé para com estes povos subjugados.

Impressionar e atingir os sentimentos do público era o interesse dos governantes; assim podiam convencer seus súditos da força de seu poder (...) a Igreja tinha uma posição diferenciada em relação aos demais, uma vez que além do território sob sua jurisdição política ela tinha o poder espiritual sobre quase todo o território europeu. Esse domínio, construído durante a Idade Média,

² “Através do sistema de indulgências, os pecadores podiam pagar pela absolvição de seus pecados e papas sucessivos perverteram tanto o processo que, na época da Reforma, este simples artifício constituía uma fonte substancial de receita do Vaticano” (White, 2003).

consistia em estar presente na vida cotidiana de todos os grupos sociais. (...) Entre os nobres, a Igreja cumpriu um importante papel, fornecendo justificativas para a guerra contra os infiéis – as guerras consideradas santas por defenderem a fé católica. No plano intelectual, a Igreja foi durante toda a Idade Média a guardiã da cultura da Antiguidade, uma vez que as bibliotecas ficavam em seu poder e o analfabetismo em geral, até mesmo entre os nobres (Van Acker, 1992).

De acordo com essa lógica, às vezes uma reivindicação que se implica a defesa de certos direitos terminava com severas punições e encarceramento, porém, essas evidentes arbitrariedades não passavam sem crítica, mais cedo ou mais tarde, acabaram por exercer na população que os vivia, mesmo as populações mais analfabetas e supersticiosas, uma severa crítica e repúdio, por conta das quais, começa a olhar dentro de uma nova perspectiva. Os renascentistas (pintores, escritores, homens de ciência, artistas, filósofos, aprendizes, professores, estudantes, entre outros) passaram a recuperar a importância das ações humanas na realidade social, está deixa de ser considerado algo ao acaso, distante e mítico e passa a ser concebida como fruto do intelecto humano, econômico e técnico; a ação, o trabalho, deixa de ter uma conotação punitiva e passa a ser associado à prosperidade, conseqüentemente, é através do trabalho que o ser humano pode melhorar as condições de sua vida. Assim, as coisas vão alterando-se.

Os conflitos feudais armados não somente empobreciam como esgotavam a sociedade, sendo usual “Os filhos mais novos dos servos [serem] expulsos da estrutura regular da sociedade feudal [terminando por] engrossar a população errante – vivendo de esmolas ou de banditismo” (Sweezy, 1978). Uma das conseqüências desta situação, é que foram engendradas as condições que mostravam a tendência para a transformação, pelo que o feudalismo será uma fase necessária no desenvolvimento histórico da sociedade humana. Por seu turno, este processo ensina-nos que não é obrigatório que cada organização econômica percorra todas as fases do desenvolvimento social: em regiões europeias existiam diversos graus de desenvolvimento técnico-científico e que resultou numa desigualdade da ascensão das relações burguesas de produção.

Mediante este quadro social, a produção literária da época representa outra área que se afasta continuamente do pensamento oficial, na medida em que se revelava contra a criação de um conhecimento legitimado pelo poder, isto é, os próprios membros eclesiásticos sofrem punições severas quando se afastam da ordem instituída. Esta regra é patente e rotineira desde 1227, onde “o Papa Honório III denuncia aos religiosos que, sem fazerem caso das proibições precedentes, ‘se demoram’ noutras disciplinas (...) e não hesitam em seguir cursos de Direito” (Moulin, 1994). Efetivamente, imperava uma vigilância contínua e sistemática de atitudes que professavam somente o que era compatível com a ordem oficial. É necessário lembrar que, neste contexto, o Direito Civil era considerado uma área perigosa e

pecaminosa, rival do Direito Canônico³. Este último representava as leis adotadas pelos líderes⁴ da igreja medieval e comportava todas as normas internas que regiam toda a estrutura social, desde o dia a dia da organização cristã, até aos seus membros. Assim, qualquer posição contrária a elas, significava uma verdadeira heresia e, como tal, que devia ser combatida e punida com rigor, sendo as leis severas para todos aqueles que atentassem confrontá-las. Existia, ainda, uma organização disciplinada para monitorar aquilo que não deveria ser aprendido:

Em 1691, mais de cinquenta anos depois de ter sido publicado o Discurso do Método, os mestres de filosofia pertencentes aos diversos colégios da Universidade de Paris reuniram-se no colégio do cardeal Lemoine para uma espécie de congresso e tomaram o compromisso solene de jamais ensinarem nas escolas a doutrina de Descarte (Guillermou, 1977).

Não obstante, este controle social dependia do grau de desenvolvimentos dos países, da cultura e dos costumes. Porém, independentemente das regiões, as leis assumiam formas e enunciados semelhantes. Portanto, para defenderem os interesses sociopolíticos, as classes dominantes desdobravam-se todos os esforços necessários para impedirem a proliferação de novas formas de sociabilidade e, sobretudo, de mudanças culturais que colocassem em perigo o poder eclesiástico. Assim se refere um lúcido político e historiador francês:

Tive a oportunidade de estudar as instituições políticas da Idade Média na França, Inglaterra e Alemanha, e à medida que prosseguia este trabalho fiquei espantado pela prodigiosa semelhança de todas estas leis e tentei entender como povos tão diferentes e com poucos contatos puderam chegar a tamanha identidade. É verdade que os detalhes variam sem cessar e de uma maneira quase infinita, mas o fundo é o mesmo por toda parte (Tocqueville, 1982).

Com efeito, por um lado, nesta época existe uma constante e continua perseguição a todos aqueles que atentassem contra as autoridades eclesiásticas, os processos por traição ou heresia constituíam formas oficiais de obter confissões para aplicar punições aos acusados ou acusadas.

Mas não é menos verdade que o modo de produção feudal⁵, com todo seu poder repressivo, liberará os elementos que definiram sua própria superação. Em todos os séculos houve contestação que, paralelo à literatura oficial, procuravam desmascarar os fundamentos do poder político, contribuindo para a renovação dos costumes e hábitos mentais que servissem para legitimar o poder de classe dominante da época. Não é surpreendente que, em 1756, Voltaire escrevesse no seu *Essai sur les mœurs et l'esprit des nations* (Ensaio sobre as formas e espírito das nações):

³ Cãnone representava originariamente uma regra ou norma de conduta única adotada por um conselho eclesiástico. Estes cânones formaram a base do direito canônico durante a Idade Média e foi oficializado pelo Papa em 1231.

⁴ “A moral da Idade Média pregava o justo preço e proibia o empréstimo a juros; encontrava-se já seriamente abalada quando Calvino justifica o comércio e aquela forma de empréstimo, antes de “fazer do sucesso comercial um sinal de escolha divina” (Beaud, 1981).

⁵ “No fim da Idade Média, a Europa já tinha umas oitenta universidades, organizações geralmente pelos padrões parisienses ou bolonheses. As da Inglaterra (Oxford, Cambridge) são do século XIII, assim como a espanhola de Salamanca e a portuguesa de Coimbra. Na Alemanha não existiu universidade até o século XIV” (Mattoso, 1985).

A história da Europa tornou-se um imenso processo de contratos de casamentos, de genealogia e de títulos que fazem passar disputados que espalham por toda a parte tanta obscuridade quanto secura e que fazem passar despercebidos os grandes acontecimentos, o conhecimento das leis e dos costumes objetos bem mais dignos de atenção (Barradas, 1979).

Do ponto de vista histórico, podemos ver que este processo, indistintamente dos modos de vida existentes na época, trará consigo enormes consequências para as sociedades como um todo e marcará o início do trabalho propriamente exploratório, onde uma classe vive exclusivamente do trabalho alheio. A configuração de um novo modelo de sociedade levava séculos para sua possível consolidação, este processo será uma luta cheia de contradições, recuos, avanços e aspirações, principalmente para as classes que se encontram numa posição de subordinação como é o caso da classe burguesa.

Paralelamente ao desenvolvimento da economia mercantil das cidades e à sua organização em comunas e corporações, as contradições da sociedade da época tendem a agravar-se – as classes procuram responder, mesmo que seja de forma arbitrária, a possíveis soluções – no início do século treze, exatamente quando as universidades se consolidam e se difundem, e que motivam o surgimento de novas ordens religiosas de modo a combater todos aqueles que se desviassem dos “caminhos corretos” e/ou de uma moral que consagrasse os bons costumes. Neste sentido, emergem os dominicanos, os franciscanos e os jesuítas, que renovam os estudos e realizam ações missionárias que transcendem os muros da igreja. Por seu lado, estas novas ordens religiosas têm uma função decisiva na evolução da nova cultura urbana, pelo que os estudantes ou clérigos (letrados) buscam nas universidades um local que permita afastá-los dos mosteiros ou conventos. As faculdades representam desta forma, a continuação da instrução medieval num grau mais elevado e complexo, como se pode confirmar pela seguinte afirmação:

“Variada e complexa é a história das origens de cada universidade (no fim da Idade Média atingiam, na Europa ocidental, o número aproximado de oitenta). O poder papal e imperial (ou régio), que inicialmente interveio para regulamentá-las, em seguida tomou a iniciativa de criá-las, como em Salamanca⁶, Roma, Nápoles, Viena, Praga, Cracóvia, etc., com dotações próprias” (Manacorda, 1989).

É interessante observar que estas dotações expressavam, na verdade, uma autonomia econômica de sustentabilidade, uma vez que os estudantes ao se reunirem através dos seus representantes, as denominadas ‘collectae’, estas permitiam que os professores recebessem um ordenado ou pagamento pelo trabalho realizado, sendo que serão, posteriormente, as comunas que ficaram com essa responsabilidade. Por seu lado, esta situação concedia aos professores doutores uma enorme criatividade e imaginação intelectual, dado que estas condições permitiam que se subtraíssem da jurisdição do magistrado local.

⁶ A universidade de Salamanca foi fundada em 1218 por El Rey Afonso X. Constitui-se como uma das primeiras do reino espanhol, da península ibérica e de toda a Europa, e é considerada a mais antiga do mundo. Ela condensava a categoria de Estudo Geral do reino. O cardeal aragonês Pedro de Luna, que se tornou papa de Avinhão (Bento XIII), foi um protetor da instituição, impulsionando a compra dos primeiros edifícios e construção das *Escuelas Mayores*, o edifício histórico da Universidade a partir do ano de 1411.

Deste modo, as universidades passam a gozar de certa liberdade para gerir os seus ensinamentos, mesmo que o lema principal da aprendizagem seja de que “a obediência é a primeira das virtudes” (Moulin, 1994).

Nesta perspectiva, as universidades tinham, no início, como fundamento privilegiado o estudo do direito canónico e, de forma marginal, o estudo civil. Assim, para que se possa ter uma noção da forma como se desenvolviam as aulas da época e, assim, poder ver a diferença daquela que hoje é aceite, um professor de direito, assim se expressa em 1228 em Bolonha:

Primeiro, dar-vos-ei um resumo de cada título antes de proceder à análise literal do texto; segundo, farei uma exposição a mais clara e explícita possível do teor de cada fragmento incluído no título; terceiro, farei a leitura do texto com o objetivo de emendá-lo; quarto, repetirei brevemente o conteúdo da norma; quinto, esclarecerei as aparentes contradições, acrescentando alguns princípios gerais do direito (extraído do próprio texto), chamado comumente Brocardica, como também as distinções e os problemas sutis e úteis decorrente da norma, com suas respectivas soluções, dentro dos limites da capacidade que a Divina Providência me concedera (Manacorda, 1989).

De acordo com esta crónica pedagógica pode constatar-se que os ensinamentos eram rigorosos e se privilegiava o método mnemónico, isto é, a repetição contínua das normas e leis que formavam a inerente área de estudo. Ademais, eram também frequentes aulas de reforço, designadas como ‘repetitio’, consoante o grau de dificuldade e/ou a importância que tinham alguns conteúdos, pelo que essas repetições eram, geralmente, realizadas durante o período noturno. De qualquer forma, antevê-se aqui o carácter eclesiástico do direito, pois as leis que regiam a sociedade eram consideradas imutáveis e inalteráveis – o que nos leva a crer que o saber e o conhecimento aparecem como uma qualidade natural para a época⁷.

Existem vários relatos que confirmam que os professores podiam lecionar em casa, sendo este proprietário ou locatário; desta forma, os mestres podiam reunir somas maiores de rendimentos, pois os custos com o ensino diminuía significativamente. Porém, quando esta prática pedagógica se tornou banal, levou a que “no século XVI [fosse] proibido os professores darem aulas em sua casa e durante a noite” (Moulin, 1994).

Podemos observar, no final do século XII, o aparecimento, em diversas sociedades europeias, das primeiras universidades controladas diretamente pela igreja Católica⁸. Sabe-se pela literatura que um dos principais cursos era a Teologia, mas também decorriam cursos de Direito Canónico, Direito Civil e Medicina, sendo, no entanto, que produção de conhecimento era filtrada pelos padres, com a preocupação de manter e reafirmar a concepção da hegemonia escolástica. Uma das formas que o clero encontrou para controlar a sociedade foi através da unificação, por exemplo, da razão com a fé, e que podem justificar as diferenças sociais existentes, a maioria dos indivíduos, iletrada, tinha uma crença supersticiosa e divinizada

⁷ Nos séculos XIV e XV, os métodos medievais justificaram cada vez mais as críticas que sobre eles incidiram até à época da sátira de Rabelais, de Montaigne, de Bacon e de Descartes. Por seu turno, os abusos de autoridade, os exercícios mecânicos e o verbalismo fantasioso caíram cada vez mais em descrédito.

⁸ A universidade encontrou apoio na Igreja: esta reconheceu a importância de assegurar a formação intelectual do clero, indispensável à manutenção do poder eclesiástico e político.

frente à sua condição de vida. Não é, pois, surpreende que as universidades fossem, no início, indicadas para indivíduos com boas condições econômicas e/ou que estavam numa posição politicamente privilegiada, isto é, o seu acesso não era tão democrático como as universidades atuais. É somente com a ascensão da classe burguesa que as universidades passam a criar alternativas a esse padrão de educação controlada pela igreja e pela classe dominante, principalmente, pelos senhores da terra, pois ao deterem o poder principal, também lhes cabia:

Na antiga sociedade feudal o senhor possuía grandes direitos, mas também tinha grandes encargos. Cabia-lhe socorrer os indigentes no interior de suas terras. Encontramos um último traço desta velha legislação da Europa no código prussiano de 1795, onde se lê “O senhor deve cuidar da educação dos camponeses pobres”. Deve tanto quanto possível procurar meios de vida para seus vassallos que não têm terra. Se alguns dentro eles caírem na indigência é obrigado a socorrê-los (Tocqueville, 1982).

A supracitada educação consistia em aprender a selecionar um conjunto de saberes e preceitos morais, bem como a produzir nas pessoas boas condutas de aceitação e resignação face à sua condição social, impostos através de hábitos de laboriosidade e obediência às normas e regras instituídas pelos estratos sociais mais privilegiados. Isto significa, portanto, que ou se procurava um equilíbrio entre a satisfação das necessidades familiares e a aceitação da intensidade do trabalho servil, se educa para ter uma posição de resignação diante do conteúdo penoso do trabalho em si.

À medida que o século avança, com a expansão do comércio e do crescimento das cidades, emergem novas ideias – e com elas novas necessidades e novas mudanças de hábitos, até porque este comércio criou um intercâmbio de culturas consideravelmente mais intenso. Foi assim que as artes plásticas, durante o Renascimento, deslocaram a sua sensibilidade artística para um mundo mais real, à luz de princípios matemáticos e racionais. Em 1252, Inocêncio III, mandou ampliar as instituições já existentes e também recomendou um maior número de alunos nas escolas, nomeadamente em Chartres, Paris, Lyon, Liègebs e Orleans, onde existiam sistemas de ensino e cujo número de alunos aumentava exponencialmente.

Deste modo, o trabalho dos professores adquiriu, como mediador da aprendizagem, importância fundamental, pois, tanto a qualidade como o conteúdo do ensino dependia muito dos mestres e é essa a razão do prestígio que alguns alcançaram e cuja fama pessoal se tornou motivo de atração para muitos estudantes. Lembremos que Giordano Bruno era conhecido em toda a Europa no que concerne, particularmente, ao campo da filosofia – inclusive, atraía personalidades do próprio clero e lotava os espaços universitários da época.

Historicamente, os estudos superiores só eram ministrados em certas escolas que tiveram um desenvolvimento especial, é destes espaços sociais que começam a emergir e a dar as origens das primeiras universidades que se criaram por toda a Europa, inclusive, com exceção de Portugal, estas instituições serão criadas nos espaços coloniais espanhóis iniciais. A princípio, com a proteção de reis mais

esclarecidos', que, pela sua posição social de poder, tinham a capacidade de produzir uma cultura idealizada da sociedade, legitimando o direito e a política de sustentabilidade da ordem, da moral e dos comportamentos aceitáveis para a época. Segundo alguns autores (Maulin, 1994; Gentili, 2001; Manacorda, 1989; Cunha, 2000; Janotti, 1992; Ruegg, 1992, Ridder, 1992; Eco, 2010; Rubião, 2013; Miceli, 2013), entre outros, as universidades, ao longo da sua evolução histórica, quando não atentavam a um projeto próprio da não subordinação, submetiam-se inadvertidamente ao poder das classes dominantes. Neste sentido, o desenvolvimento histórico das relações humanas e das suas múltiplas contradições, permitiu que estas instituições alcançassem uma significativa notoriedade e, na mesma proporção, fossem fundadas, como se pode observar na colocação de Gal:

A mais antiga Universidade, aberta em 1200; seguiram-se idênticas criações em Oxford, em 1206; em Nápoles, em 1224; em Cambridge, em 1231; em Montpellier, em 1283; em Coimbra e Lisboa em 1290. Mais tarde virão Pisa, Heidelberg, Colónia, Viena, Pavia, Praga, Cracóvia, Basileia, etc. (Gal, 1976).

Compreende-se, então, que a origem das primeiras universidades está envolta num processo polémico assenta em controvérsias e desencontros datais. A título exemplificativo, alguns historiadores apontam que a Universidade de Bolonha foi fundada em 1088; porém, a nossa investigação não revelou prova alguma da fundação desta instituição nessa data, ainda que, em 2012, a mesma tenha comemorado o seu 944.º aniversário. Segundo Ruegg:

Na verdade, 1088 foi escolhido há um século como 'data convencional' por uma comissão presidida pelo famoso poeta Giusué Carducci; 1888 era o ano de um grande jubileu a ser comemorado na presença da família real e ao qual assistiriam ainda reitores vindos de todo o mundo. O objetivo da comemoração era o de gravar na consciência do povo italiano e do resto do mundo que a unificação política da Itália, recente e ainda não completamente consolidada, poderia afirmar a sua legitimidade apoiando-se através da tradição de liberdade de ensino e de investigação (Ruegg, 1992).

Por esta razão, a própria história deve ser relativizada, porque há muitos interesses em jogo que dinamizam a realidade social e, em muitas circunstâncias, a própria história pode ser escrita tendo como pretensão uma necessidade hegemônica de poder.

Não obstante, com já anteriormente referido, não é sem razão que estas universidades atraíram segmentos significativos da sociedade, onde somente ingressavam os estudantes com algum dote econômico para frequentar estes estudos – pois com tais dificuldades de acesso, poucos eram os que incursionavam nesse grau educacional – e o motivo porque era, assim, restrita a uma camada socialmente mais privilegiada. Naturalmente, existiram exceções, uma vez que as próprias corporações incentivavam estudantes a cursar estudos mais aprofundados, justificando que, assim, poderiam adquirir um estatuto social mais elevado e socialmente mais influente; mas foi também uma forma que encontraram as aldeias de incentivar o comércio e o prestígio local, pois a universidade permitia trazer alunos de localidades muito distantes – e, com ela, o intercâmbio cultural, uma enriquecedora troca de experiências – mas acima de

tudo o “artesão pela mão-de-obra, o acadêmico pelas suas luzes e orientações, o homem rico pelo custeio das maquinarias. Em suma, iniciou-se, claramente, o desenvolvimento do capitalismo moderno, com sua divisão social” (Manacorda, 1989).

Além do mais, levou a que mestres e alunos ultrapassassem, de forma contínua, as matérias tradicionais – e a ciência emancipou-se, a pouco e pouco, do controlo dos dogmas. Também é interessante observar que os alunos e mestres beneficiavam de algumas vantagens, nomeadamente isenção de impostos, dependência de uma jurisdição especial, estatuto social, etc., bem como surge, igualmente, uma sucessão de graus acadêmicos (bacharel, licenciado e doutor), cuja denominação e princípio se conservam ainda hoje.

De acordo com esta época, ainda as forças produtivas sócias são pouco desenvolvidas, porém, estão num franco desenvolvimento burguês. Os livros eram escassos, os mestres liam partes destes para depois comentar e explicar em aulas que se pautavam pela repetição e memorização, um ensino essencialmente livresco – estas aulas eram dominadas pela palavra falada ou pela retórica centrada no professor, os debates e disputas teóricas são diminutas. Também o poder e a fama da universidade, a pouco e pouco, foi ganhando espaço político pela capacidade de abrigar inúmeras contradições, sobretudo de caráter filosófico, colocando em questão o papel que ela deveria ter na sociedade. Nesta ordem de ideias, podemos encontrar referências que indicam que as Universidades acabaram por possibilitar o ingresso de estudantes com poucos recursos, pelo menos na França:

No fim do século XII, para receber os estudantes pobres ou estrangeiros, foram organizadas casas especiais que os alojavam e alimentavam mais barato. Depois, mestres e estudantes vieram a instalar-se em comum numa espécie de hotéis onde viviam em conjunto sob a direção de um principal (...) como em 1253 foi fundado por um certo Roberto, originário da pequena aldeia de Sorbon, nas Ardenas, e que se tornou a Sorbonne. (Gal, 1979).

Conforme assinalamos, os estudantes universitários mais carenciados, embora não fosse comum, eram beneficiados com ajuda, sobretudo econômica, para poderem pertencer e incursionar nestes graus de ensino. A este nível, registros históricos indicam que, aqueles que recebiam este apoio social, deviam demonstrar habilidades, dedicação e disciplina reconhecidas para o estudo. De acordo com este pensamento, podemos observar que:

Os estatutos da universidade em geral não são muito explícitos quanto aos estudos prévios que eram necessários. Em Bolonha, esses estudos não são especificados. Na universidade de Salamanca e em outras universidades, os candidatos tinham de ser já ‘in grammaticalibus competenter instructus’ (competentes em gramática). A Universidade de Lisboa-Coimbra requeria a seus candidatos que fossem ‘adminus grammaticus vel logicus’ (pelo menos, gramáticos ou lógicos) (Ridder-Symoens, 1992).

Examinando a trajetória que norteia esta instituição, nota-se que as universidades, na sua generalidade, possuem relativa autonomia: regem-se por estatutos próprios e estabelecem o número de estudantes que poderiam ingressar e frequentar os seus cursos (Teologia, Direito Canônico, Direito Civil e medicina). Os registros universitários mostram que estes cursos têm uma tendência generalizada, pois

“tudo estava subordinado à teologia, e esta dependência, que transformava todas as disciplinas em ‘servas da teologia’, segundo a expressão do tempo” (Gal, 1979). A maior parte dos graduados em Direito ocupavam postos administrativos importantes nas Igrejas ou na administração monárquica. Porém, esta área permitia, também, quer a ocupação de postos oficiais com diferentes graus de autoridade – desde chancelarias imperiais e reais em forma decrescente, dependendo da sua importância - quer uma ascensão social de prestígio econômico significativo. Este fenômeno permitia, por seu lado, manter a estrutura social vigente, uma vez que, segundo Oliveira (2010), “nas fileiras superiores, os bispos, os abades e os mestres das ordens militares eram grandes senhores feudais, atuando e reagindo como membros da alta nobreza. Abaixo deles, vinha um grande número de clérigos descendo todos os degraus da hierarquia social”.

Por outro lado, existe bibliografia que confere a criação das universidades a Papas, a imperadores ou a monarcas, pois estes visavam quer a consolidação das bases teóricas de sustentação do poder da classe que os representa, além de quadros administrativos, jurídicos e políticos, quer a formação de uma elite orgânica que defendesse as suas ideias e edifique uma visão social de mundo que mais se aproxime ao governo e à classe que dominava a situação. Essa relação era de extrema importância, pois permitia manter o consenso social e legitimar o poder político dominante instituído. É neste sentido que, durante a época da Idade Média, as universidades imperavam como instituições carentes de privilégios e de proteção. Nesta situação, as primeiras universidades podiam ficar:

Sem autonomia para criticar e para produzir conhecimento e práticas, a universidade não conseguia construir uma imagem razoavelmente unitária de si mesma e da sociedade e, portanto, só pode oferecer respostas fragmentadas e imediatistas. É a autonomia e seu exercício competente e criativo que confere à Universidade a possibilidade de se construir como instituição (Sobrinho, 2008).

Em termos da carreira acadêmica, podemos observar que os estudantes⁹ graduados tinham consideravelmente mais oportunidades de ingressar como professores nas instituições onde estudaram, embora se reconhecesse que esta era uma elite minoritária, com influência política e constituída pelas melhores famílias da cidade. Contudo, não se limitava a ela: mesmo quando as universidades tinham uma localização privilegiada, geralmente em regiões mais populosas, havia estudantes que viajavam de lugares longínquos para frequentar os bancos escolares:

As universidades mais frequentadas da Idade Média situavam-se todas em áreas densamente povoadas e facilmente acessíveis. Os que viajavam a pé podiam fazer entre 30 km e 40 km por dia e os que viajavam a cavalo 50 km ou 60 km. Os mensageiros conseguiam fazer 100 km por dia. [...] Existem provas que demonstram que os estudantes viajavam em grupo para maior segurança e comodidade: os registros universitários revelam que diversos estudantes da mesma cidade ou região se inscreviam ao mesmo tempo nas listas das universidades (Ridder-Symoens, 1992).

⁹ Os estudantes devem possuir bom conhecimento de latim, terem bom caráter (serem sociáveis), boa saúde e serem bons cristãos. Mas também animados desejosos de ensinar e de se tornarem úteis à profissão.

O conhecimento produzido no período medieval não era resultado da observação e da experimentação ou da pesquisa no mundo real; não era, portanto, um conhecimento móvel, aberto à curiosidade, em constante remodelação e desenvolvimento, como o conhecemos hoje. O saber produzido pela época era um saber livresco, estruturado numa lógica imutável; há, aliás, a crença de que o saber foi ditado ao homem, ou pelo menos inspirado, pelo próprio Deus: “O ensino da filosofia e das ciências continuou enquadrado nas molduras da lógica, da filosofia moral, da filosofia natural e da metafísica” (Dias, 1988). Por conseguinte, ao representarem verdades absolutas, inquestionáveis e irrevogáveis, os professores da época amparavam-se nelas para deflagrarem e transmitir o conhecimento aos alunos. “Evidentemente os estudantes quase não tinham livros, e as bibliotecas eram poucas & raras. O jeito era fazer mil anotações em classe” (Mattoso, 1985).

Portugal possui uma especificidade histórica em termos de desenvolvimento, pois, assim como a Holanda e a Espanha, retirou excelente proveito da expansão ultramar – que, financiada pela crescente ascensão da classe burguesa, a partir do século XV, rompeu o monopólio naval italiano, detentor exclusivo da única rota marítima para a Ásia, é através das expedições do atlântico que, contornando as costas africanas, descobriu novas rotas marítimas que o possibilitam tomar o controlo do comércio e de especiarias; estas mudanças colocaram a Portugal numa das economias mais prósperas da época. Os sistemas sociais se modificam. Este processo demandará também novas formas de abordar os aspectos da realidade social.

A universidade lusitana tem origem monárquica, tendo sido criada por D. Dinis no final do século XIII (1290), adquirindo a sua consolidação definitiva com a Reforma Renascentista, levada a cabo nos tempos de D. João III, no século XVI. Anterior a esses períodos, os clérigos portugueses que desejavam incursionar nos estudos teológicos, filosóficos ou jurídicos tinham que deslocar-se até a Europa Ocidental, principalmente a Paris – que representava o maior centro universitário de prestígio da época. Foi esse mesmo contato que permitiu uma influência nas universidades portuguesas e possibilitou a inauguração destas no território lusitano. Assim, “até bem tarde no século XV, os mais prestigiosos legistas de Portugal eram formados em Bolonha” (Saraiva, 1998). Há, contudo, uma exceção notável na universidade de Paris, pois já nessa época os professores procuraram criar a sua própria base intelectual, isto é, o ensino se distanciou dos antigos preceitos monásticos e os fundamentos passaram a ser organizados num sistema alicerçado na razão. Acima de tudo, o impulso dos humanistas tornou-se vital para a proliferação das instituições universitárias:

Até ao fim do século XII fundaram-se 46 universidades. De todos os países da Europa acorriam estudantes às universidades mais célebres, especialmente a Paris e a Bolonha, em tais proporções que o citado Rashdall calcula em 4000 ou 5000 os que frequentavam Paris na primeira metade do século XIII, número notável se atendermos às modestas proporções das cidades medievais (Ridder-Symoens, 1992, pp. 111-112).

Tornava-se imperativo à atividade jurídica um estado cada vez mais centralizado e uma economia mais mercantil, através de conhecimentos que influenciasse a produção; sobretudo, era esperado encontrar-se na ciência um aliado valioso na definição dos rumos da nova sociedade que estava em curso.

Na Idade Média¹⁰, o Clero¹¹ – constituído por cônegos, duques, bispos, barões, marqueses, fidalgos, etc. –, possuíam o poder nas suas mais variadas extensões, pelo que a nobreza o complementava. As supramencionadas classes, que possuíam múltiplos privilégios como a isenção de impostos gerais e/ou de penas judiciais, podiam fazer-se acompanhar de armas; os nobres recebiam, por seu lado, subsídios e prêmios por conquista de territórios, bem como gozavam de regalias e prestígios características do clero. Dentro da nobreza superior à ínfima camada da aristocracia, tínhamos os fidalgos: estes possuíam cargos administrativos e militares, cumpriam funções estáveis e de influência ao nível local, mantinham e defendiam as estruturas econômicas e sociais.

Deste modo, a partir das castas sociais mais elevadas se escolhiam, para cargos do governo metropolitano e ultramarino, os mais proeminentes funcionários – tanto do exército, marinha, diplomacia e colonização. É importante referir que muitos nobres se dedicavam a atividades comerciais dos mais variados ramos, chegando mesmo a competir com a crescente burguesia em ascensão, e que culminaram em verdadeiros conflitos pela posição e pelo poder, neste período histórico, muitos posto e funções burocráticas administrativas podem ser adquiridas em trocas financeiras, isto dá à classe burguesa uma enorme vantagem, pois, os representantes da sua própria classe, agora nas funções administrativa, começam a deixarem de ter um controle rígido e efetivo, principalmente, nas operações econômicas. Na Inglaterra, ao contrário da França e da Itália, sobretudo mais tarde e em épocas de transições históricas, muitos nobres tornaram-se burgueses. Também, não é menos verdade que:

Ora o que vai pelo mundo ocidental, com mais frequência do século XIII em diante, é a revolta do burguês contra o nobre: lutas da cidade contra o senhor são a dezenas; as cidades que adquirem autonomia administrativa e política são inúmeras, neste século em diante; classes inteiras, como a burguesia inglesa, contra a aristocracia dominante, tinham conseguido que suas vozes fossem escutadas (...) governos burgueses, por vezes constituídos por gente de ofícios menores, em Veneza, Gênova, Florença e noutras cidades mediterrânicas, são o pão de cada dia (Torres, 1970).

Neste sentido, pode afirmar-se que a maioria da população estava subordinada a pagar duros impostos às classes que detinham o poder. Segundo historiadores, existem registros que nos revelam que haviam pelo menos seis impostos que marcavam e oneravam às classes produtivas; segundo as observações de Pirene, 1964; ; Pernoud, 1969; Heers, 1976; Maurois, 1976; Gal, 1979; Tocqueville, 1982; Huberman, 1986; Manacorda, 1989; Ponce, 2007; Miceli, 2013), entre outros, os imposto aplicados às classes

¹⁰“Nos tempos atuais, nenhum historiador considera, seriamente, a possibilidade de comparar, medindo, culturas e civilizações, estabelecendo formas de hierarquias entre elas e atribuindo-lhes escalas de superioridade ou inferioridade [...] é importante observar criticamente a história, começando por descartar a linearidade que assinalaria a caminhada temporal da humanidade” (Miceli, 2013, p. 32).

¹¹ “O clero secular tinha no topo da hierarquia os bispos, muitas vezes recrutados entre os estratos mais alto da nobreza [...] que governavam com os cônegos” (Azevedo, 2009).

trabalhadoras, inclusive a burguesia e comerciantes, eram motivos de muitas revoltas e críticas, cabe lembrar alguns impostos que eram aplicados pelas classes dominantes à população; imposto da Talha, consistia numa obrigação do servo ou camponês de transferir metade da sua produção para o senhor feudal; por seu turno, a Corveia¹² ou Anúduva, como era denominada em Inglaterra, era um compromisso laboral que o trabalhador da terra assumia para com o senhor feudal, isto é, trabalhar três ou quatro dias por semana nos domínios do proprietário das terras, através da construção de muros, arrumação das estradas, manutenção do castelo, limpeza dos moinhos, colheita da lenha, contribuição no ‘plantio’ e na coletas dos produtos, entre outros. Na França este imposto também tinha outros atributos, pois como indica Beaud (1981): “A corveia régia permitia melhorar as estradas; escolas de Pontes e Calçadas é criada em 1743 e o corpo de engenheiros nos anos de 1750”.

Contudo, outros tributos existiam; um dos mais comuns neste período era a chamada Banalidade, este consistia em um pagamento obrigatório pela utilização das instalações do castelo, ou seja, se o camponês ou outros trabalhadores e/ou empregados precisassem usar o moinho, o forno, as azenhas, os balneários públicos ou outros, deveriam pagar uma taxa em mercadoria que consistia desde 1/3 a 1/4 da produção ao senhor feudal.

Por seu turno, a Formariage era uma taxa obrigatória que os servos deveriam pagar aos nobres quando os primeiros pretendiam casar-se com uma mulher da família de um feudo. Havia, também, a taxa de justiça, que era um imposto que o servo ou vassalo deveria pagar ao senhor feudal para que este fizesse justiça dentro do seu território, ou seja, quando estes cometiam alguma penalidade ou infração, o nobre cobrava a dita taxa para que o julgamento acontecesse num tribunal presidido pelo senhor ou seu representante. Outro tributo era a Mão-morta, um imposto que consistia numa taxa que o camponês ou o servo tinham de pagar ao senhor feudal para permanecer no local quando o pai morresse. Por último, havia um imposto denominado dízimo ou tostão de Pedro, cujo pagamento consensual de 10% da produção seria entregue à Igreja da sua região.

Não obstante uma ordem social tão rígida podia-se observar que os direitos das classes dominantes não eram uniformes, pois estes variavam de feudo para feudo, de fronteira para fronteira, de acordo com os costumes e os contratos que tinham dado nascimento à concessão dos feudos. Desta forma, a riqueza era mensurada em relação ao domínio territorial, repartida em grandes setores geográficos e pertencentes a um reduzido número de famílias possuidoras – o maior dos quais era o poder eclesiástico. Portanto, a produção dos camponeses que trabalhavam nos domínios senhoriais (vilões) e dos servos da gleba determinavam a sustentabilidade e o conforto dos donos da terra.

¹² “A corveia senhorial existia com toda sua força e pode estender-se, em alguns países, até três dias da semana. [...] Em certos casos é obrigado a vender os produtos que obteve; outro é impedido de fazê-lo; para ele o cultivo é sempre obrigatório” (Tocqueville, 1982).

Para o historiador francês Jacques Le Goff (1998), 90% “da população europeia estava sujeita a esta forma de arrecadação”. Mediante esta realidade, não é de estranhar que tenham ocorrido revoltas contínuas frente à exploração dos trabalhadores e camponeses. Em 1358, o reino da França foi o cenário de uma revolta social que se repercutiu por toda a Europa, em particular a dos camponeses, que duraram 30 dias e teve trágicas consequências, nomeadamente mais de três mil mortes. Segundo registros históricos, a nobreza atuou com extrema violência, sendo que aqueles que não perderam a vida ou foram encarcerados ou fugiram para o interior das florestas – assim, pagaram os que intentaram desafiar o ‘status quo’ da época, pois “o mesmo fogo que destruiu os papéis onde os camponeses enxergavam seus destinos de dependência e miséria consumiu também sua força de combate” (Miceli, 1994).

Este foi um período histórico que se caracterizou pela brutalidade e que marcou não o resultado do modo de produção capitalista, mas sim o seu ponto de partida, até porque “a velha nobreza feudal fora devorada pelas grandes guerras feudais; a nova era uma filha de seu tempo, para a qual o dinheiro era o poder dos poderes” (Marx, 1988). Aqui também a preparação desta nova forma de organizar as relações humanas e laborais será um processo longo, porém este novo tempo terá a particularidade de desenvolver-se a um ritmo sempre crescente em relação às épocas anteriores.

CONCLUSÕES

Em um mundo que testemunhou tantas transformações materiais e espirituais a ascensão de uma nova sociabilidade humana tornou-se irreversível, surgiram novos saberes que acabaram por redefinir as relações produtivas entre os indivíduos que, desde séculos anteriores, já vinham fazendo da procura da riqueza a sua principal atividade. Todavia, a sua obtenção não se deu ao sabor da corrente, pois, o processo da colonização não se encontrava ainda suficientemente amadurecido para exigir muitas mercadorias da Europa e do novo orbe. Havia então mais exploração fortuita do que troca, exploração essa que depois não parou nem desapareceu, mais se intensificou surpreendentemente. Como se constatará, esta realidade implicará uma nova visão do mundo que legitimará outro contexto, alcançado através do liberalismo econômico. Ao destruir uma parte das veneradas instituições feudais o Renascimento inaugurará diretamente a possibilidade da pesquisa científica e de uma nova forma de configurar o mundo. Eis no seguinte assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azevedo MJS (2009). Dinastia Afonsina: D. Dinis – O Lavrador (1279-1325). Academia Portuguesa de História. Lisboa.
- Barradas de V (1979). Da história crônica à história – ciência. Editora: Livros horizontes Ltda. Lisboa – Portugal.

- Beaud M (1981). História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias. Trad. De José Vasco Marques. Editorial Teorema, LDA. Lisboa.
- Chauí M (2001). Escritos sobre a universidade. Editora: UNESP. São Paulo.
- Escobar OEN (2015). Sobre as Universidades: das origens à contemporaneidade. Editora Chiado: Lisboa.
- Gal R (1979). História da educação. Trad. António Campos. Editora: Veja. Lisboa.
- Le GJ (1998). Uma vida para a história: conversações com Marc Heurgon. Edit. Unesp. São Paulo.
- Manacorda MA (1989). História da educação: da antiguidade aos nossos dias. 2ª ed. Trad. Gaetano lo Monaco. São Paulo: Cortez: Autores Associados.
- Marx K (1985). O capital: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.- 2ª ed. Editora: Nova Cultura, São Paulo.
- Mészáros I (2006). A educação para além do capital. 2ª ed. Boitempo. São Paulo.
- Mattosso G (1985). O Calvário dos Carecas: história do trote estudantil. São Paulo. Editora: EMW.
- Miceli P (2013). História moderna. Editora: Contexto. São Paulo.
- Moulin L (1994). A vida quotidiana dos estudantes na Idade Média. Trad. Maria Isabel Braga. Edição, Livros do Brasil, Lisboa.
- Sobrinho JD (2008). Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos. In: Sobrinho JD et al. (Org.). Avaliação Institucional: Teorias e experiências São Paulo. 15-36p.
- Ruegg W (1996). Temas: In. Ridder – Symoens. Uma história da universidade na Europa. Imprensa Nacional, V. I. A universidade na Idade Média. Lisboa. 3-31p.
- Tocqueville A (1982). O antigo regime e a revolução. Trad. De Yvonne Jean. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2ª ed.
- Torres F (1970). Portugal: Uma perspectiva da sua história. Editora: Afrontamento. Porto.
- Van Acker MT (1992). Viana. Renascimento e humanismo: o homem e o mundo europeu do século XIV ao Século XVI. Editora, Atual. São Paulo.
- Guilherme A (1977). Os jesuítas. Trad. Fernando de Meiro. Editora: Francisco Lyon de Castro. Sintra – Portugal.
- Sweezy M et al. (1978). Do feudalismo ao capitalismo. Trad. Manuel Vitorino D. Editora: Publicações Dom Quixote. Lisboa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

ambiente escolar, 58, 63, 66, 67, 68, 70, 85, 108, 122

B

bolsista, 26, 28, 29, 30, 33, 34

C

cultura popular, 72

E

educação

especial, 52, 53, 56, 57, 59, 60, 61, 68, 69, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 105, 106
inclusiva, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 70, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 111, 123

ensino-aprendizagem, 40, 80

estágio, 22, 37, 70

exclusão, 50, 52, 54, 55, 65, 93, 95, 118, 120, 121, 123, 124

F

ferramentas tecnológicas, 83, 84, 88, 89, 90

formação

continuada, 83, 84, 86, 89, 90, 91, 106

inicial, 42, 65, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 106

profissional, 35, 60

G

gênero, 55, 99, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

H

habilidades, 14, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 52, 53, 57, 60, 88, 89, 103

história da educação, 81, 82

M

movimento grevista, 39, 43, 45, 46, 48

P

políticas

docentes, 49

públicas, 52, 57, 60, 113, 119

prática docente, 53, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 105

preconceito, 60, 65, 93, 107, 109, 111, 113, 114, 115, 119, 120, 121, 122, 123

projeto pedagógico do curso, 25, 26, 33

psicologia, 53, 60, 61

psicopedagogia, 57, 60

R

recursos

informatizados, 62, 68

multimídia, 66, 69

S

secretariado executivo, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 30, 31, 32, 35, 37, 38

sexualidade, 108, 109, 111, 115, 116, 117, 118, 119, 124

T

tempo de pandemia, 81, 83, 86, 89, 90, 91

trabalho docente, 43, 44, 45, 46, 47, 49

transfobia, 107, 109, 113, 114, 118, 120, 122, 123, 124

transgeneridade, 124

transtornos do aprendizado, 54

U

universidade, 6, 9, 10, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 35, 36, 38, 39, 42, 50, 61, 70, 79, 80, 86, 92, 93, 107, 123

SOBRE O ORGANIZADOR

 **LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA**



Mestre em Educação pela UEMS, Especialista em Literatura Brasileira. Graduado em Letras - Habilitação Português/Inglês pela UEMS. Atuou nos projetos de pesquisa: Imagens indígenas pelo “outro” na música brasileira, Ficção e História em Avante, soldados: para trás, e ENEM, Livro Didático e Legislação Educacional: A Questão da Literatura. Diretor das Escolas Municipais do Campo (2017-2018). Coordenador pedagógico do Projeto Música e Arte (2019). Atualmente é professor de Língua Portuguesa no município de Chapadão do Sul. Contato: lucasrodrigues_oliveira@hotmail.com.



ISBN 978-658831967-3



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br